

PREGÃO ELETRÔNICO

90046/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

150247

OBJETO

FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL INDUSTRIALIZADA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 170.400,00 (Cento e setenta mil e quatrocentos reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



SUMÁRIO:

DO OBJETO.....	3
DO REGISTRO DE PREÇOS	3
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
DA FASE DE JULGAMENTO.....	15
DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
DO TERMO DE CONTRATO	21
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	23
DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	24
DOS RECURSOS.....	25
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	26
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	29
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29



COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE - UFBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

(Processo Administrativo nº 23066.018600/2026-11)

Torna-se público que o(a) **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, por meio do(a) **COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE**, sediado(a) no **Campus Universitário de Ondina, PAF IV, Rua Barão de Jeremoabo, s/n, 1º andar, Ondina, CEP: 40170-115, Salvador-Ba**, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **NUTRIÇÃO PARENTERAL INDUSTRIALIZADA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.**



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6.** **Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.**
- 3.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.7.3** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



- 3.7.4** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9.** O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela



aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12.** O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14.** A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1.** *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*



- 5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.
- 5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.4.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 5.4.3** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 5.4.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é **manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.**



5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 5.13.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.14.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.15.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 5.15.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.16.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.16.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 5.16.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.17.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.18.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



- 5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.1.4 **Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% do item.**

- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-



Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- 7.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, **sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.**
- 7.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3** **Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da**



Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 7.13.5** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.6** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.7** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo **de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão,** na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas brasileiras;

7.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



- 7.26.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.26.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.26.5** O **Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.26.6** É facultado ao Pregoeriro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.27.** Após a negociação do preço, o Pregoeriro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeriro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

- 8.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.



8.2.1 A consulta no **CEIS** quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:



8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6

8.8.7 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



- 8.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15.** Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.17.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.18.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.19.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.



9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **DUAS HORAS**, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 9.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.
- 9.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.20.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2.** O adjudicatário terá o prazo de **[05]** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[05]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[05]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[05]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.



- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
 - 10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*
 - 10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, *[poderá]* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de



preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



13. DOS RECURSOS

- 13.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ufba.br/public/jsp/portal.jsf>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.6 fraudar a licitação;



- 14.1.7** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1** advertência;
 - 14.2.2** multa;
 - 14.2.3** impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2** as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.



- 14.4.1** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 14.4.2** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais



servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.15.1** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: *licitacaosiunis@ufba.br*
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sipac.ufba.br/public/jsp/portal.jsf>
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.11.2 *Anexo II – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;*
 - 16.11.3 *Anexo III – Termo de Ciência e concordância;*
 - 16.11.4 *Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;*
 - 16.11.5 *Anexo V - Modelo de cadastro para assinatura de Ata de Registro de Preços*

Salvador-Ba, 09 de junho de 2026

PREGOEIRO OFICIAL



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO SRP 90046/2026
PARTICIPAÇÃO EM AMPLA CONCORRÊNCIA
SEM EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP**

NÚMERO DO PROCESSO: 23066.018600/2026-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente instrumento tem como objeto o **FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL INDUSTRIALIZADA**, visando atender as necessidades do Hospital Ana Nery, Unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA, pelo período de 12 (doze) meses, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U.F	QUANTIDADE ANUAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
		<i>Itens do processo</i>		HAN		
1	449335	AMINOÁCIDOS COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS: ASP, GLU, ALA, ARG, PHE, GLY, HIS, ILE, LEU COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS 1: LYS, MET, PRO, SER, TYR, THR, TRP, VAL ADICIONAL: C/ GLICOSE E EMULSÃO LIPÍDICA CONCENTRAÇÃO 1: CERCA DE 5% + 20% + 15%TEOR ENERGÉTICO: CERCA DE 1500 KCALFORMA FARMACÊUTICA 1: EMULSÃO INJETÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: EM BOLSA DE CÂMARA TRIPLA, SISTEMA FECHADO, TRICOMPARTIMENTADA PARA VIA CENTRAL, CONTENDO: AMINOACIDOS TOTAIS NO MINIMO DE 49G A 75G; NITROGENIO MINIMO DE 7,8G A 12G; GLICOSE MINIMO DE 150G A 225G, EMULSAO LIPIDICA A PARTIR DE OLEO DE SOJA, E/OU OLEO DE SOJA + OLIVA, E/OU TCM + TCL, E/OU ÓLEO DE PEIXE, MINIMO DE 56G A 80; CALORIAS TOTAIS MINIMO DE 1400KCAL A 1900KCAL; OSMOLARIDADE MINIMO DE 1060 A 1500. DEVERA CONTER NO MINIMO OS ELETROLITOS SODIO, POTASSIO,	MILILITROS	300.000	R\$ 0,26	R\$ 78.000,00



		MAGNESIO, CALCIO E FOSFATO. BOLSA DE 1.200 A 1899 ML.				
2	637215	AMINOÁCIDOS COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS: ASP, GLU, ALA, ARG, PHE, GLY, HIS, ILE, LEU COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS 1: LYS, MET, PRO, SER, TYR, THR, TRP, VAL ADICIONAL: C/ GLICOSE E EMULSÃO LIPÍDICA CONCENTRAÇÃO 1: CERCA DE 5% + 20% + 10%TEOR ENERGÉTICO: CERCA DE 2000 KCAL FORMA FARMACÊUTICA 1: EMULSÃO INJETÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS : EM BOLSA DE CÂMARA TRIPLA, SISTEMA FECHADO, TRICOMPARTIMENTADA PARA VIA CENTRAL, CONTENDO: AMINOACIDOS TOTAIS NO MINIMO DE 68G A 114G; NITROGENIO MINIMO DE 10,2G A 18G; GLICOSE MNIMO DE 200G A 320G, EMULSÃO LIPIDICA A PARTIR DE OLEO DE SOJA, E/OU OLEO DE SOJA + OLIVA, E/OU TCM + TCL, E/OU ÓLEO DE PEIXE, MINIMO DE 56G A 100; CALORIAS TOTAIS MINIMO DE 1900KCAL A 2400KCAL; OSMOLARIDADE MINIMO DE 1060 A 1545. DEVERA CONTER NO MINIMO OS ELETROLITOS SODIO, POTASSIO, MAGNESIO, CALCIO E FOSFATO. BOLSA DE 1.900 A 2.500 ML	MILILITROS	420.000	R\$ 0,22	R\$ 92.400,00
		Total geral				R\$ 170.400,00

1.2. Fica estimado o valor global para futura aquisição em R\$ 170.400,00 (Cento e setenta mil e quatrocentos reais).

1.3. Para fins de formulação das propostas e lances, os licitantes deverão considerar, exclusivamente, os valores de referência estimados neste Termo de Referência, os quais prevalecem sobre quaisquer valores ou estimativas constantes no Estudo Técnico Preliminar ou documentos complementares.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. Da vigência da Ata de Registro de Preços



1.6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso para Administração (art. nº 22 do Decreto nº 11.462, de 2023 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021).

1.6.2. O contrato decorrente da ata de registro e preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.3. É facultada, nos termos do PARECER Nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e da legislação pertinente, a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, bem como a renovação dos quantitativos registrados, desde que demonstrado o interesse público.

1.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (art. 83, lei nº 14.133, de 2021).

1.8. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

1.9. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, [tópico 4](#), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2026



2.2.2. Data de publicação no PNCP: 09/04/2025

2.2.3. Link da publicação no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/15180714000104/2026/1>.

2.3. O Hospital Ana Nery (HAN) é uma instituição de ensino, referência nas áreas de cardiologia, nefrologia e cirurgia vascular que atende exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, prestando a esta população importantes serviços nas áreas de cirurgia cardíaca (adultos e pediátrico), cirurgia vascular, implantação de marca-passo, transplante renal e cirurgia geral, dentre outros.

2.4. Considerando a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital Ana Nery (HAN), a referida contratação, a fim de manter o pleno funcionamento das atividades, visando o suporte planejado às tarefas e ações operacionais O presente estudo visa, após pesquisa, concluir em uma solução viável para o atendimento a estes pacientes, de forma a garantir uma terapia de suporte a saúde e de contribuir para uma recuperação de qualidade de vida.

2.5. A nutrição parenteral é indicada para pacientes que não apresentam capacidade de ingestão ou absorção adequada de nutrientes por via oral ou enteral, de forma total ou parcial, através do trato gastrointestinal. O mercado disponibiliza diferentes formulações de nutrientes específicas, que devem ser utilizadas de acordo com a condição clínica e as necessidades nutricionais de cada paciente.

2.6. Desta forma, a necessidade ao ser atendida estabilizará os atendimentos e contribuirá para a evolução de pacientes atendidos neste nosocômio, além de servir de base de aquisição planejada para a possibilidade de um aumento de demanda. Cabe ainda ressaltar que estes insumos serão utilizados, frequentemente, com oscilações de demanda, sendo conveniente a aquisição em parcelas durante o ano, adequando à necessidade da Unidade de saúde, racionalizando o espaço físico disponível no Setor de Farmácia, mantendo em uso produtos com fabricação recente, customizando o comprometimento orçamentário anual, reduzindo o custo de estoque e promovendo uma gestão eficiente.

2.7. A contratação em tela atenderá as necessidades do HAN quanto a manutenção do estoque da farmácia, Cabe ressaltar, os quantitativos solicitados foram estimados com base nas informações de consumo, extraídas do sistema de gestão de estoques do HAN, para atender a sua demanda anual e foram aprovados e autorizados pela autoridade competente desta unidade, Pela autoridade competente desta unidade.



2.8. Esta Administração optou pelo Sistema de Registro de Preços devido a impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Unidade, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, conforme preconiza o Art. 3º, I, II e V do Decreto 11.462, de 2023, in verbis:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

[...]

V - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, [tópico 11](#), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da pretendida contratação refere-se ao fornecimento de Nutrição parenteral industrializada.

3.3. O Fornecedor deverá fornecer os produtos em perfeitas condições de uso, visando manter o bom zelo com a estrutura hospitalar.

3.4. Toda Nutrição Parenteral deve apresentar descrito em bolsa prazo de validade com indicação das condições para sua conservação. Conforme estabelecido no item 4.6.4.1 do Anexo II da Portaria SVS/S nº. 272/1998.

3.5. A empresa sempre que necessário, deverá esclarecer dúvidas técnicas quanto ao produto fornecido.



- 3.6. Todas as quantidades são estimadas, podendo variar de acordo com a demanda, respeitado o limite máximo estipulado para cada item e o seu respectivo valor.
- 3.7. O método de embalagem deverá ser tal que garanta a proteção adequada ao fornecimento durante o transporte.
- 3.8. Cada embalagem deverá estar devidamente protegida e acompanhar lista indicando seu conteúdo.
- 3.9. Além disso, buscar uma compra por aquisição devido ao preço médio ser inferior ao encontrado no cenário de contratos de serviços, na atual conjectura pode aumentar o risco de frustra o processo licitatório, pois aumenta a chance de impugnação motivada pela decisão do STF no recurso extraordinário

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os fornecedores deverão oferecer os materiais de nutrição parental que atendam o disposto no art. 5º da Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:
- 4.1.2. Entregar bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
- 4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, com fulcro no artigo 5º, inc. II da IN nº 01/2010 MPOG;
- 4.1.4. Acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.5. Entregar bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



4.1.6. Deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental disciplinados pela IN SLTI/MOPG 01/2010, bem como as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

4.1.7. Com objetivo de atender OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, a Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2. Para fornecimento de item cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de Materiais de Consumo Médico-Hospitalar, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 de 1981.

4.3. **A contratada deverá:**

4.3.1. Entregar os itens conforme especificações deste Estudo Técnico Preliminar, do contrato, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.3.2. Fornecer os produtos, com a qualidade e quantidade especificada, nos termos de sua proposta;

4.3.3. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos produtos fornecidos, valores, número do empenho, de modo idêntico àquelas constantes da Nota de Empenho, número do Contrato e Unidade de Saúde para qual foi fornecido os produtos;

4.3.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do art. 125, da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder esse limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes. (Nota nº 00004/2024/CNLCA/CGU/AGU).

4.3.5. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, no local de trabalho, ao Hospital ou a terceiros;



- 4.3.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 4.3.7. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, relacionadas neste Estudo Técnico Preliminar, edital e anexos e no contrato;
- 4.3.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar e no contrato;
- 4.3.9. A Fornecedor é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos moldes do artigo 120 da Lei 14.133/2021, que no caso do contrato se verificará através dos atos praticados ou omissão de seus funcionários ou prepostos, no exercício ou em virtude da atividade contratada, devendo ser imediatamente ressarcido;
- 4.3.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Hospital, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- 4.3.11. Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita. Devem ser indicados todos os modelos de todos os produtos ofertados, conforme o caso;
- 4.3.12. Os materiais informativos utilizados para comprovar as especificações dos produtos cotados, que estejam impressos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português;
- 4.3.13. Os documentos apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca/laboratório dos produtos cotados;
- 4.3.14. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada;
- 4.3.15. Os documentos apresentados por meio de publicação no Diário Oficial devem,



preferencialmente, destacar, com marca-texto, os produtos cotados;

4.3.16. Os registros ou publicações no DOU devem ser identificados com o número do item/lote a que se referem, a fim de facilitar o julgamento das Propostas de Preços;

4.3.17. Quando se fizer necessário, nos termos da Portaria nº 1.818/1997 do Ministério da Saúde, serão exigidos os originais ou cópias autenticadas dos protocolos dos métodos de controle de qualidade, Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS);

4.3.18. Parâmetros adicionais descritos entre os art. 40 e 44 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 podem ser solicitados ou evocados pela contratante para qualificação do objeto em licitação;

4.3.19. Certificado de registro de cada produto no Ministério da Saúde, fornecido através do seu órgão competente, conforme o art. 7 do Decreto Federal nº 8.077/2013, ou publicação no D.O.U. Em caso de registro vencido, o fornecedor deverá apresentar as Certidões de Registro vencidas e todos os pedidos de revalidações (Petição 1 e 2) com o carimbo do Protocolo do Ministério da Saúde perfeitamente legível, para averiguação do prazo previsto no art. 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

4.3.20. Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, conforme previsto na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/2013, deverão ser apresentados o cadastramento ou a comprovação de dispensa.

4.3.21. Quando se fizer necessário, nos termos da Portaria nº 1.818/97 do Ministério da Saúde, serão exigidos os originais ou cópias autenticadas dos protocolos dos métodos de controle de qualidade e Registro da ANVISA.

4.4. No caso de atividade de fabricação, importação ou distribuição de produtos para uso em saúde, deverá fornecer:

4.4.1. Autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador, se for o caso;

4.4.2. Alvará ou licença para funcionamento, expedido pelo serviço de vigilância sanitária da Secretária da Saúde estadual ou municipal da sede do licitante, se for o caso.

4.5. Existem soluções no mercado que atendem aos requisitos estabelecidos neste documento, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta



aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Da exigência de amostra

4.6. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o Fornecedor classificado provisoriamente em primeiro lugar, quando solicitado pelo pregoeiro, deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua entrega divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.6.1. Caso seja necessário o Pregoeiro poderá exigir do fornecedor amostras de todos os itens.

4.6.2. As amostras deverão ser entregues no endereço abaixo, contendo todas as informações necessária para identificação da amostra, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

DESTINATÁRIO: COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE DA UFBA A/C: PREGOEIRO(A) / EQUIPE DE APOIO (LICITAÇÃO)

ENDEREÇO DE ENTREGA: Campus Universitário de Ondina, PAF IV, Rua Barão de Jeremoabo, s/n, 1º andar Bairro: Ondina | CEP: 40170-115 | Salvador - BA Telefone: (71) 3283-5846 | E-mail: licitacaosiunis@ufba.br

IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME (PROCESSO):

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90046/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23066.018600/2026-11 /SIPAC IDENTIFICAÇÃO DOS

ITENS: LOTE: [] / ITEM: []

CONTEÚDO: AMOSTRA PARA ANÁLISE TÉCNICA (NÃO INCORPORAR AO ESTOQUE)

REMETENTE (LICITANTE):

RAZÃO SOCIAL: [Nome da Empresa]

CNPJ: [00.000.000/0001-00]

CONTATO DA EMPRESA: [Nome do responsável, telefone e e-mail]

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.



4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, telefone, e-mail, número da licitação, data e a que item se refere, deverá conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.10.1. Atender às especificações constantes deste Termo de Referência;

4.10.2. Estar na embalagem original dos materiais de consumo médico-hospitalar com dados de identificação completos: nome do material, d

4.10.3. ata de fabricação, nº do lote, data de validade;

4.10.4. Ter quantidade igual ou superior à solicitada pelo Pregoeiro;

4.10.5. Parecer técnico favorável emitido pela comissão equivalente e/ou técnico/empregado/ servidor pertencente ao quadro de uma das unidades que compõe o COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE, ou ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, baseados nos seguintes critérios: atender às normas técnicas, qualidade, durabilidade, tecnologia, resistência e funcionamento, conforme o caso;

4.10.6. Padronização e gerência de riscos, bem como, reprovação em testes anteriores, serão recusados pela gestão do hospital;

4.10.7. Falta de Compatibilidade com o descritivo técnico solicitado neste termo de referência.

4.10.8. Avaliação de conformidade das embalagens e rótulos em consonância com os critérios estabelecidos na RDC 751,15 de setembro de 2022/MS/ANVISA.

4.10.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10.10. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.



4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.14. A não apresentação das amostras no prazo estipulado, além de ensejar a desclassificação da proposta, sujeitará a empresa às sanções administrativas cabíveis por conduta comissiva/omissiva que retarda o andamento do certame, nos moldes do **Acórdão TCU nº 299/2011 - Plenário**.

4.15. Subcontratação

4.15.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual, observadas as disposições contidas no art. 122, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16. Garantia da contratação

4.16.1. Não haverá exigência de prestação de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista a modelagem de fornecimento sob demanda via Sistema de Registro de Preços (SRP), cujas justificativas técnicas restam detalhadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) deste processo, no tópico pertinente à justificativa para a não exigência de garantia, tópico 7 do ETP.

4.17. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.17.1. Em consonância com as justificativas técnicas e econômicas apresentadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este termo, não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

4.17.2. Da mesma forma, por determinação da Direção do Hospital Ana Nery (HAN) e conforme detalhado no referido ETP, não será adotado o critério de exclusividade para os itens ou lotes cujo valor estimado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), previsto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e na Orientação Normativa nº 47/2014 da Advocacia-Geral da União (AGU).



4.17.3. O afastamento dos benefícios e do tratamento diferenciado às ME e EPP fundamenta-se estritamente no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que a concessão de tais privilégios, no presente caso, não se mostrou vantajosa para a Administração Pública e representaria manifesto prejuízo ao conjunto e à complexidade do objeto a ser contratado, conforme farta documentação motivadora acostada aos autos do processo.

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (...) III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."

4.18. DA NÃO APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP

4.18.1. Do Risco ao Desabastecimento e à Assistência Hospitalar

4.18.1.1. A manutenção do critério de exclusividade para ME/EPP no presente certame representa risco iminente de prejuízo à assistência à saúde. A potencial ausência de fornecedores com capacidade logística e produtiva compatível com a alta demanda hospitalar poderia ensejar o fracasso da licitação (com itens desertos ou fracassados), culminando no desabastecimento de insumos críticos.

4.18.1.2. Tal cenário comprometeria a continuidade dos serviços essenciais, gerando risco de paralisação de procedimentos cirúrgicos e diagnósticos, além de prejuízos diretos aos pacientes internados na instituição.

4.18.2. Do Respaldo Legal à Exclusividade (Regra Geral)

4.18.2.1. Ressalte-se que a reserva de mercado para ME/EPP fundamenta-se no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que estabelecem, como regra geral, a obrigatoriedade de licitações exclusivas para itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.18.3. Das Exceções Legais: Princípio da Vantajosidade e do Interesse Público

4.18.3.1. O dever de exclusividade, contudo, não possui caráter absoluto. O art. 49, inciso III, da LC nº 123/2006 e o art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015 desobrigam a Administração de aplicar o tratamento diferenciado quando este não se mostrar vantajoso para o interesse público ou representar prejuízo ao conjunto do objeto.



4.18.3.2. No presente caso, a prioridade máxima reside na garantia ininterrupta do suprimento e na mitigação de riscos operacionais e assistenciais.

4.18.4. Da Ponderação de Princípios e a Lei nº 14.133/2021

4.18.4.1. Em estrita observância ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve sopesar os princípios da competitividade, da economicidade e da eficácia.

4.18.4.2. Embora o fomento às ME/EPP seja um objetivo legal relevante, este não deve se sobrepor ao dever constitucional de selecionar a proposta mais vantajosa e garantir a execução contratual segura, evitando a fragilização do sistema de saúde por eventual hipossuficiência técnica ou econômica do fornecedor contratado.

4.18.5. Da Capacidade Logística e do Desenvolvimento Sustentável

4.18.5.1. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável pressupõe o equilíbrio entre a demanda pública e a capacidade real do mercado fornecedor.

4.18.5.2. Em se tratando de materiais de saúde e insumos laboratoriais críticos, a abertura do certame à ampla concorrência (incluindo fabricantes e grandes distribuidores) é medida imperativa para assegurar o binômio preço-qualidade e o atendimento integral do cronograma de entregas, garantindo a sustentabilidade da operação hospitalar.

4.18.6. Da Eficiência Processual e Racionalização de Custos

4.18.6.1. A não aplicação da exclusividade visa, de igual modo, evitar o custo administrativo de eventuais reaberturas de certames decorrentes de itens desertos ou fracassados.

4.18.6.2. A repetição de processos licitatórios gera gastos extraordinários com pessoal, publicações e diligências, além de protelar a contratação de itens essenciais, configurando inequívoca ineficiência e desperdício de recursos públicos.

4.18.7. Conclusão Quanto ao Critério de Participação

4.18.8. Ante o exposto, com fulcro no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, a Administração conclui pela não aplicação da exclusividade de participação para ME/EPP, bem como pela não reserva de cotas de 25% para os itens que compõem este certame.



4.18.9. Tal decisão configura medida excepcional e necessária, pautada no Princípio da Proporcionalidade e na Supremacia do Interesse Público, visando garantir a ampla competitividade e afastar o risco de desabastecimento de insumos essenciais à saúde.

4.18.10. A abertura à ampla concorrência assegura que o Hospital Ana Nery obtenha propostas que conciliem viabilidade econômica, robustez logística e segurança técnica, preservando a integridade dos serviços assistenciais e a continuidade dos procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega dos bens de consumo médico-hospitalar deverá ser realizada, no endereço constante na tabela abaixo, das 08h00 às 16h00, nos dias úteis:

DESTINATÁRIO: HOSPITAL ANA NERY/HAN

SETOR: LABORATORIO DO HOSPITAL ANA NERY

ENDEREÇO DE ENTREGA: Rua Saldanha Marinho, snº, Caixa D'Água, CEP.: 40.323-010 Salvador - BA Telefone: (71) 3117-1856/1940 | E-mail: laiserodrigues@han.net.br

IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME (PROCESSO):

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90046/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23066.018600/2026-11 /SIPAC

IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS: LOTE: [] / ITEM: []

CONTEÚDO: (Citar tipo de produtos que esta sendo entregue)

REMETENTE (LICITANTE):

RAZÃO SOCIAL: [Nome da Empresa]

CNPJ: [00.000.000/0001-00]



CONTATO DA EMPRESA: [Nome do responsável, telefone e e-mail]

5.2. **Da forma de fornecimento e entrega**

5.2.1. O objeto desta licitação será fornecido sob demanda, de acordo com as necessidades assistenciais do Hospital Ana Nery, mediante a emissão prévia de Nota de Empenho, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2.2. Para cada solicitação individualizada (Nota de Empenho), emitida, a contratada deverá realizar a entrega dos materiais de forma integral e única.

5.2.3. Fica expressamente vedada a entrega parcial ou o fracionamento do quantitativo requisitado em uma mesma Nota de Empenho, salvo por expressa e prévia autorização da Administração, devidamente justificada por interesse público.

5.2.4. O prazo máximo para a entrega integral dos materiais será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento, por parte da contratada, da respectiva Nota de Empenho.

5.2.5. O prazo fixado no item anterior visa garantir a recomposição imediata dos estoques do Hospital Ana Nery e mitigar riscos assistenciais à saúde dos pacientes. O não cumprimento do prazo ou a tentativa de entrega fracionada sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente.

5.3. **Os bens serão recebidos:**

5.3.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Estudo Técnico Preliminar e da proposta, limitando-se a verificar a sua conformidade como discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

5.3.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da Solicitação e da proposta, e sua conseqüente aceitação que se dará até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por Comissão/ Servidor designado pela Autoridade competente.

5.3.3. Em caso de não conformidade, a Comissão/Servidor designado devolverá Nota Fiscal/Produtos, para as devidas correções.



- 5.3.4. Durante o recebimento provisório, o Hospital Ana Nery (HAN) poderá exigir a substituição de qualquer dos Produtos que não estejam de acordo com as especificações desta solicitação.
- 5.3.5. Não serão pagos os produtos entregues em locais diferentes do mencionado no item 5.1. acima, ou produtos entregues a funcionários do Hospital Ana Nery não autorizados.
- 5.3.6. Na hipótese de a verificação, a que se refere o sub item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.3.7. Os bens que não atenderem as especificações deverão ser **substituídos** pela Contratada, no prazo máximo de até **10(dez) dias** corridos, sob pena de aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.
- 5.3.8. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
- 5.4. As entregas dos bens de consumo médico-hospitalar correrão por conta do Fornecedor, sem gerar quaisquer ônus para o Hospital Ana Nery, e será solicitada mediante emissão de nota de empenho.
- 5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.6. O Fornecedor deverá fornecer os bens de consumo médico-hospitalar em perfeitas condições de uso, visando manter a continuidade dos serviços prestados pelo Hospital Ana Nery, e, substituí-los em caso de não conformidade com o objeto licitado.
- 5.7. O Fornecedor sempre que necessário, deverá esclarecer dúvidas técnicas quanto aos materiais de consumo médico-hospitalar fornecidos
- 5.8. O método de embalagem deverá ser tal que garanta a proteção adequada ao fornecimento durante o transporte. Cada embalagem deverá estar devidamente protegida e acompanhar lista indicando seu conteúdo.
- 5.9. O prazo de validade, durabilidade ou vida útil dos bens de consumo fornecidos, deverá ser compatível com a natureza do objeto e com o seu uso pretendido, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega, salvo se, por suas características intrínsecas, for técnica ou comercialmente justificado prazo inferior ou superior, devidamente aceito pela Administração. [\(Tópico 16.3.2. ETP\)](#)



5.10. DOS PRAZOS

5.10.1. A entrega dos materiais deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, pelo Fornecedor.

5.10.2. O fornecedor terá 48 (quarenta e oito) horas para confirmar o recebimento do empenho voluntariamente. A ausência de confirmação voluntária ensejará a confirmação de forma compulsória, após o qual será iniciada a contagem do prazo para entrega.

5.10.3. O fornecedor deverá comunicar à CONTRATANTE formalmente e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa fundamentada.

5.10.4. Em caso de diferença na quantidade fornecida, entrega incompleta ou material em desacordo com o solicitado, a CONTRATADA fica obrigada a providenciar sua complementação ou substituição no prazo máximo de **10 (cinco) dias corridos**, contados da notificação formal, devendo entregar diretamente no laboratório do Hospital Ana Nery.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC), alterações posteriores vigentes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 7º, caput, Decreto nº 11.246, de 2022, art. 8º).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa



6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, do subitem acima, bem como nos subitens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. Multa:

7.3.1. Moratória, para as infrações descritas no subitem 7.1.4, de **0,5% a 1%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.3.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 7.1.5 a 7.1.8 de **0,5% a 30%** do valor da contratação;

7.3.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 7.1.3, de **0,5% a 30%** do valor da contratação;

7.3.4. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem 7.1.2, de **0,5% a 30%** do valor da contratação;

7.3.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita no subitem 7.1.4, de **0,5% a 30%** do valor da contratação;

7.3.6. Compensatória, para a infração descrita no subitem 7.1.1, de **0,5% a 30%** do valor da contratação.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.16. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Complexo Hospitalar e de Saúde-CHS/UFBA.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias** corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.



- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais de consumo médico-hospitalar e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o Inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05(cinco) dias** úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.
- 8.10. Em caso de não conformidade, a Comissão e ou Servidor designado devolverá Nota Fiscal juntamente com os bens de consumo médico-hospitalar, para as devidas correções;
- 8.11. Durante o recebimento provisório, o Hospital Ana Nery poderá exigir a substituição de qualquer material que não estejam de acordo com as especificações descritas deste termo;
- 8.12. Não serão pagos os bens entregues em locais diferentes do mencionado no item 5.5. deste Termo de Referência ou bens entregues a funcionários do Hospital Ana Nery não autorizados;



8.13. Na hipótese de a verificação, a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

8.14. Os bens que não atenderem as especificações deverão ser **substituídos** pela Contratada, no prazo máximo de **10(dez) dias corridos**, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência(subitem 18.2.6 do ETP);

8.15. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

Liquidação

8.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.18.1. o prazo de validade;

8.18.2. a data da emissão;

8.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.18.5. o valor a pagar; e

8.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as



medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.21.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

8.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).



8.27. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.28. No caso de atraso Pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA/IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.32. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.34. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.35. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.36. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou



creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.37. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, [em 19/05/2026. \(Lei nº 14.133, de 2021, art. 25, §7º, e art. 92, inciso V e § 3º\).](#)

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA/IBGE](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.44. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.45. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Forma de Fornecimento

9.2.1. fornecimento dos materiais ocorrerá de forma **parcelada sob demanda**, de acordo com as necessidades assistenciais e o fluxo de procedimentos do Hospital Ana Nery, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

9.2.2. As entregas serão solicitadas formalmente pela Administração por meio de Nota de Empenho(NE) ou documento equivalente, onde constarão a especificação dos itens, os quantitativos exigidos e o local de entrega.

9.2.3. O parcelamento justifica-se pela impossibilidade de armazenamento global do objeto, pela necessidade de controle rigoroso dos prazos de validade (esterilização) dos insumos e pela dinamicidade da rotina cirúrgica do hospital, garantindo a eficiência logística e evitando o desperdício de recursos públicos.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. A aceitabilidade das propostas será aferida a partir dos preços unitários máximos e, quando couber, dos preços globais por grupo, fixados pela Administração na tabela de preços estimado, constante no Item 1.1 deste Termo de Referência.

9.3.2. Para os itens julgados de forma individual, será considerada desclassificada a proposta que apresentar valor superior ao preço unitário máximo fixado.

9.3.3. Para os itens julgados por grupo (lote), a aceitabilidade será verificada sob duplo critério obrigatório:



9.3.3.1. Critério Global: O valor total do grupo não poderá exceder o valor global máximo estimado pela Administração para o lote;

9.3.3.2. Critério Unitário: Os valores unitários de cada item que compõe o grupo não poderão, em hipótese alguma, ultrapassar os preços unitários máximos estabelecidos no Item 1.1, independentemente do desconto global ofertado para o lote.

9.3.4. A conformidade dos preços unitários nos julgamentos por grupo visa garantir a economicidade das futuras aquisições fracionadas via Sistema de Registro de Preços, evitando o desequilíbrio entre os itens do lote.

9.3.5. Propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, bem como aquelas que excederem os limites fixados nos subitens anteriores, serão desclassificadas, ressalvada a possibilidade de negociação para redução de preços, conforme facultado pela Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.4.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4.3. microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.4. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.5. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,



agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

9.4.6. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.7. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.8. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.14. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, deste que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

9.15. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

9.16. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo} & \\ & \text{Prazo} & \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} & \\ & \text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante} & \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}} & \end{array}$$



$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.17. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

9.18. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais sob pena de inabilitação.

9.19. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.20. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. **(Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).**

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Qualificação Técnica

9.27. **Requisitos de Forma e Comprovação:**

9.28. **Apresentar registro na ANVISA;**

9.29. **As características técnicas dos produtos ofertados deverão ser descritas pelos licitantes e obrigatoriamente comprovadas por meio de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante;**

9.30. **Serão aceitos catálogos, manuais, fichas técnicas ou impressões de páginas oficiais da internet, desde que contenham a descrição clara (visual e escrita) do produto ou componente;**

9.31. **O licitante deverá indicar expressamente o modelo e a marca de cada item ofertado.**

9.32. **Documentos ou materiais informativos redigidos em idioma estrangeiro deverão ser acompanhados de tradução simples para o português.**

9.33. **Documentos apresentados por empresas distribuidoras deverão estar vinculados especificamente a cada marca ou fabricante dos produtos cotados.**

9.34. **Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples, ficando esta última condicionada à exibição do original para autenticação por servidor da administração, se necessário.**

9.35. **No caso de documentos publicados no Diário Oficial da União (DOU), o licitante deverá, preferencialmente, destacar com marca-texto o produto cotado e identificar o número do respectivo item/lote do edital para agilizar o julgamento das propostas.**

9.36. **Requisitos de Conteúdo e Regularidade Sanitária.**



- 9.37. Registro Sanitário: Apresentar cópia do certificado de registro de cada produto no Ministério da Saúde/ANVISA, conforme o Art. 7º do Decreto Federal nº 8.077/2013, ou a publicação do referido registro no D.O.U.
- 9.38. Caso o registro esteja vencido, o fornecedor deverá apresentar o certificado vencido acompanhado do comprovante de protocolo do pedido de revalidação (Petição), protocolado no prazo legal (até 180 dias antes do vencimento), conforme o Art. 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013.
- 9.39. Para produtos isentos de registro, deverá ser apresentado o comprovante de cadastramento ou o documento de dispensa emitido pela ANVISA, fundamentado na Lei nº 6.360/76.
- 9.40. Controle de Qualidade: Quando exigido tecnicamente (especialmente para medicamentos), poderão ser solicitados os protocolos dos métodos de controle de qualidade utilizados pelo fabricante, conforme normas vigentes.
- 9.41. Autorizações de Operação:
- 9.42. AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa): Comprovar a autorização para as atividades de fabricação, importação ou distribuição de materiais de uso em saúde, expedida pela ANVISA.
- 9.43. Licença Sanitária: Apresentar Alvará ou Licença de Funcionamento vigente, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 170.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2. Pesquisa de preços apurados pelo Núcleo de Compras do CHS, conforme documentos anexo ao processo.
- 10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Por se tratar de licitação para Sistema de Registro de Preços, visando a futuras e eventuais contratações, a indicação da dotação orçamentária fica dispensada na fase inicial do certame, sendo obrigatoriamente indicada e reservada quando da assinatura de cada contrato ou emissão do instrumento equivalente, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não serão classificadas como sigilosas.

13. DAS PARTES INTEGRANTES DESTES TERMOS

13.1. Integram este Termo de Referência com se aqui estivessem transcritos:

13.1.1. Anexo TR-I – Estudo Técnico Preliminar.

Salvador/BA, 08 de junho de 2026.

Solicitado por:



Lilian Liciane Oliveira Silva
Coordenadora de Farmácia/HAN

Jefferson Oliveira
Gerente de Suprimentos/HAN

**APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.**

Dr. Luiz Carlos Santana Passos
Diretor Geral – HAN

ANEXO II

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *[constante deste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2.** O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3.** O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:



1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;



3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **5 (cinco) dias**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;



4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*



5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES



- 7.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1.** Fica definido o Foro da Justiça Federal em Salvador, Seção Judiciária do Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90046/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **XX/XX**

Processo Administrativo nº 23066.018600/2026-11

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, Instituição de Ensino Superior, sob a forma de Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155 de 08 de abril de 1946, através do **COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 15.180.714/0005-20, com sede na Rua Barão de Jeremoabo, PAF IV, 1 andar, Ondina, CEP 40170-115, Ondina, Salvador -Ba, neste ato representado pelo(a) seu(ua) Ordenador(a) de Despesa Substituto(a), nomeado(a) através da Portaria nº 131 de 05 de outubro de 2021, **DEBORAH LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES**, matrícula SIAPE 8285469, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº **90046/2026**, publicada no de/...../200....., processo administrativo nº **23066.018600/2026-11**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **NUTRIÇÃO PARENTAL INDUSTRIALIZADA**, visando atender as necessidades do Hospital Ana Nery, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, Anexo I do **Edital de Licitação nº 90046/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item,



fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

4.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital**, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **edital**.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao **edital**.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **02 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Salvador-Ba, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.



DEBORAH LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES
Ordenador(a) de Despesa Substituto(a)

Representante da Empresa

ANEXO A
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO V
MODELO DE CADASTRO PARA ASSINATURA DE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RECEBIMENTO DE EMPENHO

(Timbre da empresa)

(Número e ano da licitação)

NOME: _____

CARGO: _____

TELEFONECOMERCIAL: _____ CELULAR: _____

E-MAIL: _____

Nº IDENTIDADE: _____, ORGÃO EMISSOR: _____ Nº CPF: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____ CEP: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

Município, _____ DE _____ DE _____.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA E CARIMBO)

OBS:

- ✓ Preencher com dados do responsável para assinatura do contrato, caso a empresa seja vencedora na licitação.
- ✓ Anexar cópia autenticada do contrato social.
- ✓ Caso não tenha vínculo empregatício com a empresa anexar procuração.
- ✓ Este cadastro deverá ser apresentado dentro do envelope (proposta de preços).



✓ **O ENDEREÇO INFORMADO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ O EMAIL INSTITUCIONAL DO REPRESENTANTE LEGAL E SERVIRÁ PARA ENVIO DA NOTA DE EMPENHO.**



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
REGISTRO PREÇO PARA FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL
INDUSTRIALIZADA
HospitalAnaNery–HAN. ARP 30/2026**

1. OBJETO

1.1. O presente documento tem como objeto o **FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL INDUSTRIALIZADA**, visando atender as necessidades do Hospital Ana Nery, Unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA, pelo período de 12 (doze) meses.

2. SUPORTE LEGAL

2.1. A contratação será regida, fundamentalmente, pelos seguintes instrumentos legais:

2.1.1. Lei nº14.133,de01/04/2021– Lei Geral de Licitação e Contratos Administrativos;

2.1.2. INSTRUÇÃO NORMATIVASEGES/MENº65,DE 7 DEJULHO DE 2021,dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

2.1.3. Instrução Normativa SLTI/MPOGnº01,de19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;

2.1.4. Demais instrumentos normativos obrigatórios e aplicáveis ao objeto.

3. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. Não houve contratação anterior para embasamento, nesse sentido foi considerado o perfil de pacientes que demandaram Nutrição Parenteral no ano anterior, segundo a avaliação do nutrólogo.

4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Hospital Ana Nery (HAN) é uma instituição de ensino, referência nas áreas de cardiologia, nefrologia e cirurgia vascular que atende exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, prestando a esta população importantes serviços nas áreas de cirurgia cardíaca (adulto e pediátrico), cirurgia vascular, implantação de marca-passo, transplante renal e cirurgia geral, dentre outros,qualificando uma demanda de pacientes com saúde frágil que exigem cuidado nutricional específico de acordo com suas limitações (peso, limite de eletrólitos e sensibilidade a alguns insumos nutricionais).

4.2. Considerando a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital Ana Nery (HAN), a referida contratação, a fim de manter o pleno funcionamento das atividades, visando o suporte planejado às tarefas e ações operacionais O presente estudo visa, após pesquisa, concluir em uma solução viável para o atendimento a estes pacientes, de forma a garantir uma terapia de suporte a saúde e de contribuir para uma recuperação de qualidade de vida.

4.3. A nutrição parenteral é indicada para pacientes que não apresentam capacidade de ingestão ou absorção adequada de nutrientes por via oral ou enteral, de forma total ou parcial, através do trato gastrointestinal. O mercado disponibiliza diferentes formulações de nutrientes específicas, que devem ser utilizadas de acordo com a condição clínica e as necessidades nutricionais de cada paciente.

4.4. Desta forma, a necessidade ao ser atendida estabilizará os atendimentos e contribuirá para a evolução de pacientes atendidos neste nosocômio, além de servir de base de aquisição planejada para a possibilidade de um aumento de demanda. Cabe ainda ressaltar que estes insumos serão utilizados, frequentemente, com oscilações de demanda, sendo conveniente a aquisição em parcelas durante o ano, adequando à necessidade da Unidade de saúde, racionalizando o espaço físico disponível no Setor de Farmácia, mantendo em uso produtos com fabricação recente, customizando o comprometimento orçamentário anual, reduzindo o custo de estoque e promovendo uma gestão eficiente.

4.5. A contratação em tela atenderá as necessidades do HAN quanto a manutenção do estoque da farmácia, Cabe ressaltar, os quantitativos solicitados foram estimados com base nas informações de consumo, extraídas do sistema de gestão de estoques do HAN, para atender a sua demanda anual e foram aprovados e autorizados pela autoridade competente desta unidade, Pela autoridade competente desta unidade.



4.6. Justifica-se a aquisição deste insumo, a fim de garantir o abastecimento desta Unidade de Saúde, com o objetivo de supri-la por um período mínimo de doze (12) meses, evitando a descontinuidade do serviço prestado por este Hospital e consequente prejuízo ao atendimento aos usuários do SUS.

5. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DA RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Preliminarmente, cumpre destacar que todo procedimento licitatório deve ser precedido de planejamento técnico compatível com a realidade da Administração Pública e com as necessidades das unidades solicitantes.

5.2. No caso em análise, trata-se de licitação na modalidade de Registro de Preços, em que a Administração, por força do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, promove o certame, mas não está obrigada a contratar os itens registrados em ata, podendo adquirir os bens ou serviços de forma parcial, total ou até mesmo não adquiri-los, a depender da necessidade e conveniência administrativas.

5.3. O Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA (CHS/UFBA), responsável por suprir diversas unidades assistenciais, opera com milhares de itens registrados e lida com demandas imprevisíveis e contínuas, muitas vezes relacionadas à manutenção da vida e da saúde dos pacientes. Diante disso, a reserva de cota de até 25% para ME/EPP torna-se inviável, pois pode comprometer o abastecimento regular e imediato de insumos essenciais.

5.4. Além disso, a criação de cotas implica a necessidade de celebração de múltiplas atas para os mesmos itens (uma ampla e outra reservada), o que eleva os custos administrativos, aumenta a carga de trabalho da equipe reduzida e prolonga o tempo de tramitação da fase interna da licitação (exigindo duplicidade na pesquisa de preços, elaboração do termo de referência, entre outros).

5.5. Em muitos casos, observa-se que os fornecedores classificados como ME/EPP atuam apenas como revendedores de grandes marcas, agregando margens de lucro, tributos e custos logísticos ao valor final do produto, o que pode onerar significativamente a aquisição. Além disso, há risco de inviabilidade técnica se o fornecedor de menor porte não conseguir atender adequadamente às exigências de qualidade e entrega.

5.6. Importante destacar que o próprio art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelece que:

“Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as micro empresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.”

5.7. Nesse sentido, não se trata de uma simples opção administrativa, mas de respeito ao interesse público primário, ao planejamento eficiente e à economicidade, princípios expressamente previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Diante de todo o exposto, fica justificada a não aplicação da reserva de cota de até 25% do objeto licitado para ME/EPP, em razão de:

- 5.8.1. Inviabilidade técnica e operacional no contexto do Registro de Preços;
- 5.8.2. Riscos à continuidade do fornecimento de insumos de saúde;
- 5.8.3. Elevação de custos administrativos e logísticos;
- 5.8.4. Ausência de vantagem para a Administração Pública;
- 5.8.5. Potencial prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

5.9. Por fim, reafirma-se o compromisso desta Administração com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e o incentivo à participação de micro empresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, sempre que tal política for compatível com o interesse público, com a segurança dos serviços prestados e com a eficiência da gestão pública.

6. JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

6.1. Nos termos do art. 86, §3º, e incisos, da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto nº 11.462/2023, é facultado à Administração Pública, mediante justificativa nos Estudos Técnicos Preliminares, vedar a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do certame.



6.2. De acordo com o Decreto nº 11.462/2023, cabe ao órgão gerenciador avaliar sua capacidade de gerir a ata e, inclusive, deliberar previamente sobre a autorização ou não de adesões posteriores, com base em critérios de economicidade, viabilidade logística e recursos disponíveis.

6.3. No presente caso, optou-se por não admitir adesões externas à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento, em razão de fundamentos técnicos, operacionais e institucionais, diretamente vinculados à missão das unidades de saúde integrantes do Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA (CHS/UFBA),

6.4. A estrutura administrativa e operacional atualmente disponível no CHS/UFBA não comporta a ampliação da execução da ata para atender a órgãos externos, sob pena de comprometer o controle, a rastreabilidade, a entrega, a fiscalização e o gerenciamento eficaz do fornecimento dos itens registrados, colocando em risco a regularidade dos atendimentos essenciais à população.

6.5. Dessa forma, a vedação à adesão se justifica pela necessidade de preservar a eficiência administrativa, garantir o cumprimento das obrigações contratuais dentro dos limites planejados e assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde prestados pelas unidades que integram o CHS/UFBA.

6.6. Por fim, a decisão está devidamente fundamentada no presente Estudos Técnicos Preliminares, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e com a regulamentação prevista no Decreto nº 11.462/2023.

7. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração exigir a prestação de garantia para a fiel execução do contrato, limitada a até 5% do valor contratual, podendo chegar a 10% em contratações de grande vulto ou de risco considerável, conforme art. 58, §1º.

7.2. Contudo, no presente caso, opta-se por não exigir a prestação de garantia da contratação, com base nas seguintes justificativas:

7.2.1. Tratamento por meio de Sistema de Registro de Preços(SRP):

7.2.1.1. A presente licitação será processada sob a forma de registro de preços, nos moldes do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Nessa modalidade, a contratação é futura, eventual e incerta, não havendo obrigação de contratação imediata, tampouco garantia de demanda mínima por parte da Administração. Diante disso, a exigência de garantia de execução se torna inadequada e desproporcional, visto que os contratos só serão firmados conforme a necessidade real da Administração.

7.2.2. Inexistência de obrigação imediata:

7.2.2.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços não gera, por si só, obrigação de fornecimento ou execução. A efetiva contratação dependerá da emissão de documentos específicos de formalização de demanda (ordens de fornecimento, autorizações de fornecimento, contratos ou instrumentos equivalentes), nos quais, se for o caso, a Administração poderá avaliar a necessidade de garantia conforme as condições e riscos do contrato específico.

7.2.3. Natureza dos itens e risco reduzido:

7.2.3.1. Os itens objeto da ata, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, não envolvem alto grau de complexidade técnica, elevado valor agregado ou risco relevante de inadimplemento, o que reforça a desnecessidade de exigência de garantia neste momento.

7.2.4. Razoabilidade e fomento à competitividade:

7.2.4.1. A não exigência de garantia evita a oneração excessiva dos licitantes, incentiva maior participação de microempresas e empresas de pequeno porte e atende ao princípio da razoabilidade, especialmente em contratações de menor vulto, promovendo, assim, maior competitividade no certame.

7.2.5. Economia e desburocratização do processo licitatório:

7.2.5.1. A exigência de garantia, ainda que facultativa, impõe custos operacionais e burocráticos tanto ao licitante quanto à Administração (análise, liberação, controle, e eventual execução), o que contraria o objetivo de simplificação e eficiência administrativa, principalmente em procedimentos voltados à formação de ata para aquisições padronizadas e de fornecimento contínuo.

7.3. Diante do exposto, e com fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não será exigida a prestação de garantia de contratação neste procedimento licitatório, tendo em vista a modalidade de Registro de Preços, o risco reduzido do objeto, a inexistência de obrigação imediata, bem como a busca pela economicidade,



desburocratização e ampliação da competitividade.

8. ÁREA REQUISITANTE

8.1. Aquisição solicitada pelo Setor de FARMÁCIA do Hospital Ana Nery.

9. PLANEJAMENTO

GESTÃO/UNIDADE: 15223/150247

PROGRAMA: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

AÇÃO: Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade FONTE: Fundo Nacional da Saúde/Ministério da Saúde

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Entregar os itens conforme especificações deste Estudo Técnico Preliminar, do contrato, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.2. Fornecer os produtos, com a qualidade e quantidade especificada, nos termos de sua proposta;

10.3. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos produtos fornecidos, valores, número do empenho, de modo idêntico àquelas constantes da Nota de Empenho, número do Contrato e Unidade de Saúde para qual foi fornecido os produtos;

10.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do art. 125, da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder o limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes.

10.5. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, no local de trabalho, ao Hospital ou a terceiros;

10.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

10.7. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, relacionadas neste Estudo Técnico Preliminar, edital e anexos no contrato;

10.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar e no contrato;

10.9. O Fornecedor é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos moldes do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021, que no caso do contrato se verificará através dos atos praticados ou omissão de seus funcionários ou prepostos, no exercício ou em virtude da atividade contratada, devendo ser imediatamente ressarcido;

10.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Hospital, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

10.11. Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita. Devem ser indicados todos os modelos de todos os produtos ofertados, conforme o caso;

10.12. Os materiais informativos utilizados para comprovar as especificações dos produtos cotados, que estejam impressos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português;

10.13. Os documentos apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca/laboratório dos produtos cotados;

10.14. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada;

10.15. Os documentos apresentados por meio de publicação no Diário Oficial devem, preferencialmente,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA - CHS

destacar, com marca-texto, os produtos cotados;

10.16. Os registros ou publicações no DOU devem ser identificados com o número do item/lote a que se referem, a fim de facilitar o julgamento das Propostas de Preços;

10.17. Quando se fizer necessário, nos termos da Portaria nº1.818/1997 do Ministério da Saúde, serão exigidos os originais ou cópias autenticadas dos protocolos dos métodos de controle de qualidade, Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS);

10.18. Parâmetros adicionais descritos entre os art. 40 e 44 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 podem ser solicitados ou evocados pela contratante para qualificação do objeto em licitação;

10.19. Certificado de registro de cada produto no Ministério da Saúde, fornecido através do seu órgão competente, conforme o art. 7 do Decreto Federal nº 8.077/2013, ou publicação no D.O.U. Em caso de registro vencido, o fornecedor deverá apresentar as Certidões de Registro vencidas e todos os pedidos de revalidações (Petição 1 e 2) com o carimbo do Protocolo do Ministério da Saúde perfeitamente legível, para averiguação do prazo previsto no art. 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

10.20. Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, conforme previsto na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/2013, deverão ser apresentados o cadastramento ou a comprovação de dispensa.

10.21. Quando se fizer necessário, nos termos da Portaria nº1.818/97 do Ministério da Saúde, serão exigidos os originais ou cópias autenticadas dos protocolos dos métodos de controle de qualidade e Registro da ANVISA.

10.22. No caso de atividade de fabricação, importação ou distribuição de produtos para uso em saúde, deverá fornecer:

10.22.1. Autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador, se for o caso;

10.22.2. Alvará ou licença para funcionamento, expedido pelo serviço de vigilância sanitária da Secretária da Saúde estadual ou municipal da sede do licitante, se for o caso.

10.23. Existem soluções no mercado que atendem aos requisitos estabelecidos neste documento, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

11.1. O objeto da pretendida contratação refere-se ao fornecimento de Nutrição parenteral industrializada.

11.2. O Fornecedor deverá fornecer produtos em perfeitas condições de uso, visando manter o bom zelo com a estrutura hospitalar.

11.3. Toda Nutrição Parenteral deve apresentar descrito em bolsa prazo de validade com indicação das condições para sua conservação. Conforme estabelecido no item 4.6.4.1 do Anexo II da Portaria SVS/S nº. 272/1998.

11.4. A empresa sempre que necessário, deverá esclarecer dúvidas técnicas quanto ao produto fornecido.

11.5. Todas as quantidades são estimadas, podendo variar de acordo com a demanda, respeitado o limite máximo estipulado para cada item e o seu respectivo valor.

11.6. O método de embalagem deverá ser tal que garanta a proteção adequada ao fornecimento durante o transporte.

11.7. Cada embalagem deverá estar devidamente protegida e acompanhar lista indicando seu conteúdo.

11.8. Além disso, buscar uma compra por aquisição devido ao preço médio ser inferior ao encontrado no cenário de contratos de serviços, na atual conjuntura pode aumentar o risco de frustrar o processo licitatório, pois aumenta a chance de impugnação motivada pela decisão do STF no recurso extraordinário.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO

12.1. No tocante à prospecção de mercado, verificou-se a existência de ampla oferta de soluções que atendem integralmente aos requisitos técnicos e sanitários estabelecidos neste documento. O mercado de medicamentos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA - CHS

correlatos apresenta-se maduro e altamente competitivo, possibilitando o alcance dos resultados pretendidos com observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

12.2. A análise de mercado confirmou a viabilidade da contratação mediante a identificação de diversos fabricantes e distribuidores que operam sob as normas da ANVISA, garantindo que a padronização pretendida pela instituição seja alcançada sem prejuízo à ampla competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

13. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

13.13. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da razoabilidade, da economicidade e da motivação dos atos administrativos, a Administração Pública deve fundamentar suas estimativas em elementos técnicos minimamente previsíveis e mensuráveis. Entretanto, no presente caso, a execução dos serviços hospitalares está diretamente condicionada à demanda espontânea e variável dos usuários do SUS, cuja ocorrência depende de fatores epidemiológicos, sazonais, emergenciais e assistenciais impossíveis de serem integralmente previstos pela Administração. Ressalta-se que o perfil de consumo dos materiais hospitalares está diretamente relacionado às patologias apresentadas pelos pacientes, ao grau de complexidade dos atendimentos realizados, à necessidade de procedimentos de urgência e emergência, bem como à evolução clínica individual de cada caso concreto. Tais variáveis possuem natureza superveniente e imprevisível, circunstância que inviabiliza a fixação prévia de quantitativos exatos sem comprometimento da confiabilidade técnica do planejamento administrativo. Cumpre destacar que, muito embora existam registros históricos no sistema SMART PIXEL referentes às quantidades anteriormente licitadas e efetivamente utilizadas pela unidade hospitalar, tais informações encontram-se devidamente disponíveis no referido sistema para fins de consulta, acompanhamento e controle administrativo. Assim, a transposição desses dados para os presentes autos ocorre unicamente como parâmetro de projeção estimativa de consumo, não representando obrigação de utilização integral dos quantitativos indicados, tampouco garantia de repetição do comportamento de consumo anteriormente verificado. Nesse contexto, eventual estimativa quantitativa somente pode ser elaborada com base em séries históricas, parâmetros médios de consumo e projeções estatísticas, possuindo caráter meramente referencial e não vinculante, estando sujeita a oscilações decorrentes da demanda efetivamente observada durante a execução do atendimento ao público assistido pelo SUS no estado da BAHIA. Dessa forma, considerando a impossibilidade técnica de previsão integral das patologias e dos atendimentos que serão realizados pela unidade hospitalar, conclui-se pela inviabilidade de definição precisa dos quantitativos de materiais, devendo o planejamento administrativo adotar metodologia estimativa compatível com a natureza dinâmica e variável dos serviços públicos de saúde, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e com os princípios que regem a Administração Pública.

13.14. Ressalta-se que, para os itens de maior impacto financeiro (classificados como Curva A de valor/relevância), o acréscimo de 30% a 50% foi balizado de forma individualizada, considerando o planejamento assistencial específico, as metas de procedimentos de alta complexidade regulados e o histórico de demanda cirúrgica/ambulatorial, garantindo a estrita correlação entre a estimativa e a real necessidade institucional, mitigando riscos de superdimensionamento e assegurando a eficiência do gasto público.

13.15. Relação de medicamentos e correlatos para futura aquisição, conforme abaixo:

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UF	TOTAL ANUAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	BR449335	AMINOÁCIDOS COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS: ASP, GLU, ALA, ARG, PHE, GLY, HIS, ILE, LEU COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS 1: LYS, MET, PRO, SER, TYR, THR, TRP, VAL ADICIONAL: C/ GLICOSE E EMULSÃO LIPÍDICA CONCENTRAÇÃO 1: CERCA DE 5% + 20% +	MILILITROS	300.000	R\$ 0,26	R\$ 78.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA - CHS

		<p>15%TEOR ENERGÉTICO: CERCA DE 1500 KCALFORMA FARMACÊUTICA 1: EMULSÃO INJETÁVEL</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: EM BOLSA DE CÂMARA TRIPLA, SISTEMA FECHADO, TRICOMPARTIMENTADA PARA VIA CENTRAL, CONTENDO: AMINOACIDOS TOTAIS NO MINIMO DE 49G A 75G; NITROGENIO MINIMO DE 7,8G A 12G; GLICOSE MINIMO DE 150G A 225G, EMULSAO LIPIDICA A PARTIR DE OLEO DE SOJA, E/OU OLEO DE SOJA + OLIVA, E/OU TCM + TCL, E/OU ÓLEO DE PEIXE, MINIMO DE 56G A 80; CALORIAS TOTAIS MINIMO DE <u>1400KCAL A 1900KCAL</u>; OSMOLARIDADE MINIMO DE 1060 A 1500. DEVERA CONTER NO MINIMO OS ELETROLITOS SODIO, POTASSIO, MAGNESIO, CALCIO E FOSFATO. BOLSA DE 1.200 A 1899 ML.</p>				
2	BR637215	<p>AMINOÁCIDOS DE COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS: ASP, GLU, ALA, ARG, PHE, GLY, HIS, ILE, LEU</p> <p>COMPOSIÇÃO DE AMINOÁCIDOS 1: LYS, MET, PRO, SER, TYR, THR, TRP, VAL</p> <p>ADICIONAL: C/ GLICOSE E EMULSÃO</p> <p>LIPÍDICA CONCENTRAÇÃO 1: CERCA DE 5% + 20% + 10%TEOR ENERGÉTICO: CERCA DE 2000 KCALFORMA FARMACÊUTICA 1: EMULSÃO INJETÁVEL</p> <p>CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS : EM BOLSA DE CÂMARA TRIPLA, SISTEMA FECHADO, TRICOMPARTIMENTADA PARA VIA CENTRAL, CONTENDO: AMINOACIDOS TOTAIS NO MINIMO DE 68G A 114G; NITROGENIO MINIMO DE 10,2G A 18G; GLICOSE MNIMO DE 200G A 320G, EMULSÃO LIPIDICA A PARTIR DE OLEO DE SOJA, E/OU OLEO DE SOJA + OLIVA, E/OU TCM + TCL, E/OU ÓLEO DE PEIXE, MINIMO DE 56G A 100; CALORIAS TOTAIS MINIMO DE <u>1900KCAL A 2400KCAL</u>; OSMOLARIDADE MINIMO DE 1060 A 1545. DEVERA CONTER NO MINIMO OS ELETROLITOS SODIO, POTASSIO, MAGNESIO, CALCIO E FOSFATO. BOLSA DE 1.900 A 2.500 ML.</p>	MILILITROS	420.000	RS 0,22	RS 92.400,00
						RS 170.400,00



14. JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE EXCLUSIVIDADE ME/EPP

14.1. A manutenção da exclusividade de participação de ME/EPP pode ocasionar o fracasso da licitação, tendo em vista que acaso seja realizada de forma exclusiva não consigamos fornecedores aptos a abastecer o Hospital, ocasionando a paralisação de procedimentos cirúrgicos, bem como prejudicando os pacientes internados, etc.

14.2. Resta salientar que a restrição à participação de outras empresas, encontra respaldo jurídico na Lei Complementar n. 123/2006, conforme expressa o inciso I do artigo 48, in verbis:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais);”

14.3. Entretanto, o critério baseado na nova lei da contratação não é absoluto, sendo determinado à Administração Pública que deixe de aplicar esse critério acaso importe prejuízo ao Ente Público, nos seguintes termos:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

14.4. Uníssono à Lei Complementar n. 123/2006, os dispositivos legais do Decreto nº 8.538/15 regulamentador do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal, estabelece:

“Art. 6º Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

14.5. Em sequência, o art. 10º, do mesmo modo, Excepcional a regra:

“Art. 10º não se aplica o disposto nos arts. 6º ao 8º quando:

(...)

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;”

14.6. Depreende-se do que explanado que a Lei Complementar 123/06 visa fomentar a participação das ME/EPP nas licitações, todavia, não deseja impor a sua presença elevando a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público.

14.7. Imprescindível, portanto, sopesar os princípios pertinentes ao presente certame e tão caros à licitação, como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a perfectibilização do comando legal vislumbrado no art. 5º da Lei 14.133/21 que visa à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, in verbis:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”



14.8. Ressaltamos, mais uma vez, que por se tratar de materiais de saúde, imperioso que existam fabricantes na disputa, que possam competir a nível de preços, quantidade e qualidade dos materiais fornecidos.

14.9. Visando também garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, onde a Administração Pública não pode submeter ao risco de firmar contratações de porte muito superior à capacidade real da empresa, a sustentabilidade, neste caso, pressupõe que haja um equilíbrio entre a demanda e o potencial logístico da empresa.

14.10. O que se quer com essa medida é não desabastecer a Unidade de Saúde, a fim de não suspender cirurgias, procedimentos, exames e atendimentos.

14.11. Ainda calha esclarecer que repetir o processo licitatório, além do prejuízo a saúde dos pacientes, geraria demasiado gasto com pessoal, publicação, trazendo significativo custo aos cofres públicos.

15. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR QUE DEVERÁ SER ENVIADA PARA HABILITAÇÃO

15.1. Quanto à forma:

15.2. Apresentar registro na ANVISA,conformidadecomnormaABNTNBR14990-2;

15.3. Todas as características declaradas devem ser descritas pelos licitantes e comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da Internet impressas, onde o produto ou componente ofertado seja claramente descrito em forma visual e/ou escrita. Devem ser indicados todos os modelos de todos os produtos ofertados, conforme o caso;

15.4. Os materiais informativos utilizados para comprovar as especificações dos produtos cotados, que estejam impressos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português.

15.5. Os documentos apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca/laboratório dos produtos cotados.

15.6. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada.

15.7. OsdocumentosapresentadospormeiodepublicaçãonoDiárioOficialdevem, preferencialmente, destacar, com marca-texto, os produtos cotados.

15.8. Os registros ou publicações no DOU devem ser identificados com o número do item/lote a que se referem, a fim de facilitar o julgamento das Propostas de Preços.

15.9. Quanto ao conteúdo, deverão ser apresentados:

15.9.1. Certificado de registro de cada produto no Ministério da Saúde, fornecido através do seu órgão competente, conforme o art. 7 do Decreto Federal nº 8.077/2013, ou publicação no D.O.U.

15.9.2. Em caso de registro vencido, o fornecedor deverá apresentar as Certidões de Registro vencidas e todos os pedidos de revalidações (Petição 1 e 2) com o carimbo do Protocolo do Ministério da Saúde perfeitamente legível, para averiguação do prazo previsto no art. 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

15.9.3. Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, conforme previsto na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/2013, deverão ser apresentados o cadastramento ou a comprovação de dispensa.

15.9.4. Quando se fizer necessário, nos termos da Portaria nº 1.818/97 do Ministério da Saúde, serão exigidos os originais ou cópias autenticadas dos protocolos dos métodos de controle de qualidade e Registro da ANVISA.

15.10. No caso de atividade de fabricação, importação ou distribuição de produtos para uso em saúde, deverá fornecer:

15.10.1. Autorizaçãoparafuncionamentoexpedido pelaAgenciaNacionaldaVigilânciaSanitária,do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador, se for o caso.

15.10.2. Alvará ou licença para funcionamento, expedido pelo serviço de vigilância sanitária da Secretária da Saúde estadual ou municipal da sede do licitante, se for o caso.

16. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO E DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA - CHS

16.1. A entrega dos produtos deverá ser realizada no endereço constante na tabela abaixo das 8h00 as 16h00 em dias úteis.

HOSPITAL ANA NERY	Serviço de Farmácia do HAN, situado a Rua Saldanha Marinho, s/nº, Caixa D'Água, Salvador/BA, CEP: 40.320-010
-------------------	--

16.2. Os bens serão recebidos:

16.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Estudo Técnico Preliminar e da proposta, limitando-se a verificar a sua conformidade como discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

16.2.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da Solicitação e da proposta, e sua conseqüente aceitação que se dará até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por Comissão/ Servidor designado pela Autoridade competente.

16.2.3. Em caso de não conformidade, a Comissão/Servidor designado devolverá Nota Fiscal/Produtos, para as devidas correções.

16.2.4. Durante o recebimento provisório, o Hospital Ana Nery (HAN) poderá exigir a substituição de qualquer dos Produtos que não estejam de acordo com as especificações desta solicitação.

16.2.5. Não serão pagos os produtos entregues em locais diferentes do mencionado no item 16.1 acima, ou produtos entregues a funcionários do Hospital Ana Nery não autorizados.

16.2.6. Na hipótese de a verificação, a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.2.7. Os bens que não atenderem as especificações deverão ser **substituídos** pela Contratada, no prazo máximo de até **10(dez) dias** corridos, sob pena de aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

16.2.8. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

16.3. Dos prazos

16.3.1. A entrega dos produtos deverá ser realizada em **até 15 (quinze) dias**, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, pelo CONTRATADO para os itens;

16.3.2. Prazo de validade dos produtos: não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega dos mesmos.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços desta contratação tem a média de **R\$ 170.400,00 (Cento e setenta mil e quatrocentos reais)** sendo que, o Núcleo de Compras CHS/UFBA será o responsável por realizar a pesquisa de preço, de acordo com a legislação vigente, com o posterior envio do mapa de preço para a unidade HAN realizar análise e validação dos preços referenciais estimados.

18. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

18.1. A contratação, através de registro de preço, terá vigência de 12 meses, e dentro desse período os produtos serão solicitados mediante envio de empenho, em quantidades, conforme necessidades da Unidade.

19. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

20. Não há no âmbito deste Hospital Ana Nery, contratações correlatas e/ou interdependente como objeto da contratação em referência.

21. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

21.1. A contratação objetiva garantir a manutenção do fluxo operacional da Instituição, em conformidade com o seu planejamento administrativo. A aquisição é essencial para mitigar riscos de descontinuidade nas atividades hospitalares prestadas por este Nosocômio.

22. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

22.1. É dever o Gestor Público promover a segurança dos bens patrimoniais e de seus servidores no exercício



de suas atividades funcionais e, no caso deste Nosocômio, zelar, também, pela segurança de seus pacientes. Ademais, é imperioso esclarecer, que o objeto da pretendida contratação, irá garantir a continuidade dos serviços prestados pela instituição.

23. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

23.1. Não há providências a serem adotadas antes da contratação.

24. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

24.1. Não há previsão de impactos ambientais para o tipo de contratação que está sendo demandada, porém a empresa deverá cumprir, no que couber, as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, conforme estabelece o art. 6º e seus incisos, “in verbis”:

- “Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I– use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II– adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III– Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV– forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V– realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI– realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações de cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII– respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII– preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.”

25. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

25.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição dos produtos mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, conforme se pode depreender das justificativas constantes no item 4.

25.2. Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida.

Salvador/BA, 22 de Maio de 2026.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA - CHS

Equipe de Planejamento:



Lilian Liciane Oliveira Silva
Coordenadora de Farmácia
Matrícula: 12128
Hospital Ana Nery

Lilian Liciane Oliveira Silva
Coordenadora de Farmácia/HAN


Jefferson Oliveira C. Gama
Gerente de Suprimentos
Matrícula: 10551
Hospital Ana Nery

JeffersonOliveira
Gerente de Suprimentos/HAN

Autorizado por:


Dr. Luiz Carlos Santana Passos
Diretor Geral
CRM 9050
HOSPITAL ANA NERY

Dr. Luiz Carlos Santana Passos
Diretor Geral do HAN



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP Nº 71/2026 - SUPRIM/CHS (12.01.83.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 22/05/2026 13:01)

JEFFERSON OLIVEIRA CARVALHO GAMA

TERCEIRIZADO

SETOR DE SUPRIMENTOS/CHS (12.01.83.05)

CPF: ###.###.925-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **71**, ano: **2026**,
tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **22/05/2026** e o código de verificação:
3d3b2b7350